



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



A ALFABETIZAÇÃO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO ENTRETEMPO 2015 A 2020

Gercelia de Campos Arruda

Lidiane Campos de Faria

Márcia Regina do Nascimento Sambugari

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL/ CPAN

Este texto apresenta a pesquisa que teve como objetivo geral analisar a produção científica brasileira sobre a alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Como objetivos específicos: (i) levantou-se os artigos em periódicos brasileiros qualificados pela CAPES sobre a alfabetização na BNCC; e (ii) verificou-se os posicionamentos trazidos nos artigos sobre a alfabetização na BNCC. Para tanto, partiu-se das seguintes questões: qual o sentido atribuído à alfabetização na BNCC? O que tem sido apontado nos artigos publicados em periódicos brasileiros? Com abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico, o estudo foi desenvolvido a partir do levantamento de artigos publicados em revistas brasileira, disponíveis no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para tanto, foram localizados 11 artigos que após a leitura na íntegra foram organizados em dois tópicos: (i) políticas curriculares; (ii) conceito de alfabetização. Depreende-se dos artigos analisados a verificação de denúncia de pesquisadores da área acerca das fragilidades da BNCC, tais como: a antecipação da alfabetização para o 2º ano do Ensino Fundamental; a ênfase num ensino da escrita e leitura de forma mecânica, desconsiderando o processo criativo da criança. Verificou-se, portanto que, ao longo dos anos a alfabetização vem carregada de descaminhos, e o que é definido na BNCC se distancia ainda mais do chão da escola enquanto espaço de formação integral da criança, pois ao defender o ensino da leitura e da escrita de forma mecânica, retira das crianças a possibilidade de construção de sua autonomia, de compreender e ler o mundo, na perspectiva freireana.

Palavras-chave: Alfabetização, Política curricular, Aprendizagem.

Introdução

As vivências na formação inicial no âmbito da realização dos estágios e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) despertaram algumas reflexões e questionamentos acerca de diversas problemáticas frente à alfabetização, e, uma delas foi perceber que algumas crianças chegam no final dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com muitas dificuldades de leitura. Não queremos com isso apontar a escola como “culpada” desse processo. Ao contrario, acompanhamos o pensamento de Soares (2017) ao compreender o potencial da escola e do processo



alfabetizador na luta contra a desigualdade de privilégios ao propiciar a participação das camadas populares ao exercício de sua cidadania.

O conceito de alfabetização sempre nos aguçou a curiosidade desde o processo de ensinar ao aprender, compreendendo sua relevância para a sociedade. Ao longo dos anos, a preocupação central em relação a alfabetização deu-se na democratização da educação e na modernização do ensino. Entretanto, conforme aponta como Soares (2020), não trouxe uma teoria coerente da alfabetização capaz de articular a integração dos estudos e pesquisas a respeito de suas diferentes facetas e essas na perspectiva linguística, psicológica, psicolinguística, sociolinguística de todo o processo para não se fragmentar, tão pouco ser incoerente.

A alfabetização constitui-se como ferramenta para que o sujeito viva em sociedade e a transforme, pois, conforme Paulo Freire, (1979, p. 72):

[...] alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Esta é a razão pela qual procuramos um método que fosse capaz de fazer instrumento também do educando e não só do educador.

Partimos, portanto, do entendimento de que a alfabetização não visa apenas o entendimento de letras, mas envolve a compreensão do mundo para viver em sociedade, promovendo a leitura e compreensão da realidade de forma comprometida com a transformação da realidade. Esse processo ocorre em um ambiente social por meio da observação, diálogo, pois, através da realidade, a criança consegue perceber do mundo.

O contato com a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017) nos suscitou algumas inquietações, o que nos fez buscar compreender o sentido atribuído à alfabetização neste documento oficial que define o que deve ser aprendido na Educação Básica do Brasil.

Para tanto, partimos das seguintes questões norteadoras: qual significado que está por trás da elaboração da BNCC sobre a alfabetização? O que tem sido apontado nos artigos publicados em periódicos brasileiros?



Diante dessas questões, essa pesquisa teve como objetivo geral analisar na produção científica brasileira sobre a alfabetização na BNCC. Como objetivos específicos buscamos levantar a publicação de artigos em periódicos brasileiros qualificados pela CAPES sobre a alfabetização na BNCC. E, também verificar os posicionamentos trazidos nos artigos sobre a alfabetização na BNCC.

Buscamos, com a realização dessa pesquisa, fazer um exercício para um olhar crítico quanto ao documento da BNCC frente a alfabetização e, principalmente, promover condições aos sujeitos leitores espaço de debate e tomadas de decisões quanto a intervenção no chão da escola.

Nessa linha, colocamos em questão, primeiramente, a metodologia que traz um estudo qualitativo com levantamento bibliográfico que se utilizou de fontes do Portal de Periódicos da CAPES. Em seguida, sistematizamos a leitura de 11 artigos baseados no descritor “alfabetização na BNCC”, cujos procedimentos metodológicos e discussão dos dados são apresentados a seguir.

Metodologia

O nosso estudo, de natureza qualitativa, foi realizado por meio do levantamento bibliográfico. Para tanto, utilizamos como fonte de dados o Portal de Periódicos da CAPES, a partir do uso do seguinte descritor: “alfabetização na BNCC”.

Para Lima e Mioto (2007), o conhecimento posto como o construtor do destino da humanidade tem nos dias atuais se produzido pelos processos de globalização e mercantilização. Entende as autoras que o mundo da pesquisa está estruturado por eficácia e avaliado por seus índices de produção. Além disso, as mesmas enfatizam que a pesquisa bibliográfica busca solucionar o objeto de estudo e isso implica na seriedade dos critérios dos procedimentos metodológicos, pois o mesmo não é aleatório. Assim, a reflexão crítica que se dá pelo acúmulo de conhecimento gerará a síntese e o concreto pensado. Enfatizam que este tipo de pesquisa traz uma ampla cobertura de informações que gera outras hipóteses ou interpretações de incentivo para outras pesquisas. E, ressaltam, ainda que, este tipo de procedimento metodológico é um movimento incansável, pois fundamenta



teorias e objetos de estudo. A seguir apresentamos, discutimos e analisamos a produção localizada.

Discussão e resultados da pesquisa

Ao realizarmos o levantamento no Portal de Periódicos da CAPES no dia 16 de fevereiro de 2021, utilizamos o descritor “alfabetização na BNCC” foi possível localizarmos 11 artigos, sendo o primeiro publicado em 2015, ampliando o número a partir de 2019, conforme sistematizado no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Número de artigos publicados sobre o tema alfabetização na BNCC (2015-2020)

Ano	Quantidade
2015	2
2016	1
2017	0
2018	2
2019	3
2020	3
Total	11

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Após essa sistematização e, considerando as orientações de Lima e Miotto (2007), realizamos a leitura na íntegra dos 11 artigos, buscando identificar nesses textos os objetivos e principais resultados e discussões. Em seguida agrupamos os artigos em tópicos, tomando como referência a ênfase dada nas discussões trazidas pelos autores. Dessa maneira, organizamos os seguintes tópicos: (i) políticas curriculares; (ii) conceito de alfabetização.

No quadro 2 a seguir apresentamos a sistematização realizada, para em seguida tecermos as nossas reflexões.

Quadro 2 - Relação dos artigos sobre alfabetização na BNCC (2015-2020)

Autores/Ano	Título	Tópicos	
		i	ii
Mortatti (2015)	Essa base nacional comum curricular: mais uma tragédia brasileira?	x	
Gontijo (2015)	Base nacional comum curricular (BNCC): comentários críticos	x	
Frangarella (2016)	Um Pacto Curricular: o pacto nacional pela alfabetização na idade certa e o desenho de uma base comum nacional	x	
Zen (2018)	Reflexões sobre a concepção de alfabetização proposta pela BNCC		x



Bortolanza, Goulart e Cabral (2018)	Diferentes perspectivas de alfabetização a partir da Base Nacional Comum Curricular		x
Fernandes e Colveiro (2019)	Políticas públicas educacionais contraditórias: a alfabetização em foco		x
Amarante, Moreira (2019)	Políticas curriculares para a alfabetização: questões e dilemas a partir da BNCC	x	
Pertuzatti e Dickmann (2019)	Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)		x
Frade (2020)	BNCC e a alfabetização em duas versões: concepções e desafios		x
Gontijo, Costa e Perovano (2020)	Alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)		x
Guillen e Miguel (2020)	A alfabetização nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): o que mudou de 1997 a 2017		x

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A análise do quadro 2 aponta para a prevalência de artigos cujo enfoque está na questão dos conceitos de alfabetização e/ou letramento na BNCC, totalizando sete. Os demais quatro artigos centram as discussões acerca das políticas curriculares, trazendo alguns tensionamentos sobre a necessidade, ou não, de uma base comum curricular, bem como o cenário de retrocessos.

Com relação ao tópico (i) políticas curriculares, elencamos os artigos de Mortatti (2015), Gontijo (2015), Frangella (2016), Amarante e Moreira (2019).

Em 2015, Mortatti (2015) já problematizava a proposição de uma base comum curricular ao anunciar como um desfecho trágico que não contempla anseios e necessidades dos brasileiros e nem da educação destes. Entende a mesma, que o documento tem sua fragilidade e inconsistência, pois através da ambiguidade e contradição teórica e política negam princípios de entidades científicas e educacional diante da neutralidade científica.

A autora denuncia as intenções ambíguas do documento, quando o mesmo traz inverdades sobre a participação ampla da sociedade, quando na realidade órgãos particulares é que participam de sua elaboração. O documento tem como slogan a ênfase de quem está construindo com o futuro do Brasil. Além disso, o documento apresenta a deficiência no que diz respeito à promoção de professores, à elaboração de material didático, como também, na inovação da educação. Segundo a autora, o documento:



[...] evidencia sua fragilidade e inconsistência incompatíveis com a responsabilidade histórica a ele atribuída de se constituir, legalmente, com a “base para a renovação e o aprimoramento da educação básica como um todo” e para novos rumos para a formação de professores e para elaboração de material didático (MORTATTI, 2015, p. 195).

A modernização do ensino e a democratização sempre se apresentaram como proposta de mudança, mas o que Gontijo (2015) nos chama atenção é nas possibilidades de novos dispositivos de renovação e aprimoramento da alfabetização no Brasil, ou seja, no ensino da língua portuguesa nos três primeiros anos do ensino fundamental. A autora expõe que essa renovação vem carregada da lógica da avaliação em larga escala, que empobrecem a base e que fazem de suas metas um desnivelamento entre o que se ensina e o que se aprende prejudicando a educação. Para Gontijo (2015, p. 188):

[...] a definição de uma base comum nacional parece importante para que a escola cumpra seu objetivo de garantir o acesso ao conhecimento produzido ao longo da história humana. Entretanto, quando essa proposição se alinha, exclusivamente, à lógica da avaliação com a finalidade de produzir a melhoria de índices de desempenho nacionais pela via do rebaixamento do que é ensinado e, conseqüentemente, aprendido, podemos imaginar que ela poderá ser nociva ao desenvolvimento da educação.

A autora assevera que a prática da política cidadã defendida na BNCC classifica os sujeitos e limita suas expressões e posições diante das situações da vida, e, além disso, aponta que o documento em relação a aprendizagem da Língua Portuguesa não traz a renovação e o aprimoramento pelo fato de utilizar termos que apenas substituem outros e o real significado permanecem os mesmos.

Frangella (2016) traz o entendimento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) como um princípio norteador para a discussão e proposição de uma Base Comum que precisa se dar através do direito a educação e, não de forma reducionista e pragmático como vinha se apresentando nas versões da BNCC. Enfatiza que essa é a grande sacada das políticas voltadas para a avaliação em larga escala, pois o argumento que sustenta e propulsiona as discussões acerca das propostas da educação se baseiam na educação enquanto direito que é assegurado na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998). Dessa forma, a autora questiona: quem seria contrário a um direito? Nesse



seguimento o PNAIC que está voltado à formação continuada de professores delinea nas políticas públicas curriculares as orientações sob a ótica da avaliação. A vista disso, os objetivos de aprendizagem se voltam para uma base comum que contemplam parâmetros curriculares, conteúdos e orientações didáticas dirigidas ao alcance da eficácia. Essas forças que levam estratégias criadas para hegemonização associam diretamente a educação e escolarização à educação como aprendizagem.

Esta sacada de aliar aprendizagem ao direito à educação não assegura outras dimensões do direito a educação como direito humano, pois para a autora é reducionista e falaciosa. Mesmo porque estimar um resultado universal de aprendizagem é privar o sujeito do seu processo de aprendizagem. Essa ideia expõe claramente qual posição ocupa a aprendizagem nas discussões das propostas políticas.

Frangella (2016) destaca que o PNAIC como eixo estratégico na formulação de políticas educacionais orientado sob a ótica da qualidade da educação trouxe o direito a alfabetização balizado na articulação entre práticas e necessidades do cotidiano escolar que entende conhecimento como conteúdo e, que dentro do currículo são aferidos a partir da realidade esperada nas avaliações em larga escala. Com isso, a autora quer nos chamar atenção sobre o que se espera da escola, do professor que no seu papel terá que se adaptar para atender demandas de ações pedagógicas que não planejou, pois os conhecimentos são ditados e o direito a aprendizagem tem que ser garantido, pela via do direito que é inquestionável.

Para Amarante e Moreira (2019), o documento BNCC não abarca a complexidade de considerar a criança enquanto sujeito que participa de uma sociedade desigual com contextos diversos. Nessa perspectiva, as autoras querem ressaltar a alfabetização para além do mecânico e sem significado, fora do decodificador. Querem nos convidar a perceber o conhecimento historicamente produzido pela humanidade, e pensar em políticas curriculares que abracem os sujeitos com os mesmos direitos para aprender o sentido concreto das coisas para atuar na sociedade.

Com relação ao tópico ‘(ii) conceito de alfabetização’ agrupamos os artigos de autoria de Zen (2018), Bortolanza, Goulart e Cabral (2018), Fernandes e Colveiro (2019),



Pertuzatti e Dickmann (2019), Frade (2020), Gontijo, Costa e Perovano (2020) e de Guillen e Miguel (2020).

Bortolanza, Goulart e Cabral (2018) pontuam que a versão aprovada da BNCC está comprometida com a lógica da sociedade capitalista e não com a formação humana e integral da criança. Essa última versão traz a lógica de instituições privadas que requer o aumento do desempenho das escolas, padronização do currículo para que o aluno esteja apto a participar dos testes e consequentemente as escolas atingirem os índices “sugeridos” a serem alcançados.

A alfabetização passa então a ser antecipada para o 2º ano do Ensino Fundamental, o que na visão de Frade (2020), pode provocar consequências tanto políticas quanto pedagógicas. Essa antecipação também é apontada por Fernandes e Colvero (2019) como algo devastador, que acarretará em altos índices de não alfabetizados antes do tempo estipulado e isso só poderá ser evidenciado através de uma prova. A alfabetização é uma demanda da sociedade e por isso se mantém na agenda de políticas públicas educacionais.

Para Pertuzatti e Dickman (2019) vê-se que o conceito de alfabetização nos documentos se perde pelo fato da divergência de diferentes teórico-políticas estão presentes na elaboração dos documentos. Como foi mencionado ao longo desta pesquisa a leitura e a escrita vêm como um elemento técnico e a alfabetização e letramento enquanto elemento de conceder ao sujeito no contexto das práticas sociais são desconsiderados e acabam se perdendo nos documentos normativos.

Guillen e Miguel (2020) destacam que a história da alfabetização brasileira é marcada pela pergunta: qual a melhor metodologia para se alfabetizar? Cabe ressaltar que esse percurso sofreu impacto no decorrer dos anos 1994 e 1997 para atender novas demandas e exigências internacionais, pois em contexto político, social e econômico do neoliberalismo os alunos deveriam atender essa nova ordem de melhorar o índice da alfabetização no país. Como a alfabetização era e é o passo inicial para atingir demandas recomendadas a países periféricos, fica claro, na percepção das autoras, que os projetos político-educacionais são marcados pela promessa de mudança e nesse caminho temos BNCC, um documento normativo que define aprendizagens essenciais a serem aprendidas durante a vida escolar na Educação Básica.



Elucidam ainda as autoras, que o documento não é claro quanto a sua visão epistemológica de alfabetização, principalmente, com a prática do ensinar e sim do que é para ser ensinado. A proposta da Língua Portuguesa se estreita à perspectiva centrada no texto enunciativo e está articulada ao desenvolvimento da habilidade e competências em que “[...] se aproprie da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses (outras formas de linguagens)” (GUILLEN e MIGUEL, 2020, p. 576).

Além disso, diferente das práticas sociais, o excesso de conteúdo marca uma sobrecarga no aluno e no professor, pois ambos têm que dar conta de diversos gêneros textuais sem se aprofundar na língua para que se utilize em diferentes espaços e comunicação de forma eficaz e eficiente categorizados em campos de atuação. Cabe agora ao professor realizar uma análise semiótica e linguística para dar conta das diversas linguagens da cultura digital, como apontado na BNCC, e que o aluno deve conhecer o alfabeto e a mecânica da escrita e leitura para que consiga codificar e decodificar os fonemas. No documento da BNCC dispõe que:

[...] conhecer a “mecânica” ou o funcionamento da escrita alfabética para ler e escrever significa, principalmente, perceber as relações bastante complexas que se estabelecem entre os sons da fala (fonemas) e as letras da escrita (grafemas), o que envolve consciência fonológica da linguagem: perceber seus sons, como se separam e se juntam em novas palavras etc. (BRASIL, 2017, p. 90).

Zen (2018) destaca que o documento evidencia a redução da alfabetização à capacidade de identificar a estrutura sonora para então compreender a mecânica da escrita alfabética privilegiando “[...] as propriedades fonológicas, em detrimento dos aspectos morfológicos, semânticos e culturais da língua escrita” (ZEN, 2018, p. 213). Além disso, as habilidades de codificação e decodificação abrangidas pela alfabetização e postas no documento da BNCC seguem que:

[...] é preciso: • diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos); • desenvolver a capacidade de reconhecimento global de palavras (que chamamos de leitura “incidental”, como é o caso da leitura de logomarcas em rótulos), que será depois responsável pela fluência na leitura; • construir o conhecimento do alfabeto da língua em questão; • perceber quais sons se deve representar na escrita e como; • construir a relação fonema-grafema: a percepção de que as



letras estão representando certos sons da fala em contextos precisos; • perceber a sílaba em sua variedade como contexto fonológico desta representação; • até, finalmente, compreender o modo de relação entre fonemas e grafemas, em uma língua específica. (BRASIL, 2017, p. 91).

Dessa maneira, entendem Gontijo; Costa e Perovano (2020) que a ênfase no código descrito que privilegia a análise linguística não gera a alfabetização plena da criança. Aliás, segundo as autoras, no que diz respeito aos dois primeiros anos do ensino fundamental a alfabetização na BNCC se restringe a aquisição da base alfabética, ou seja, o caráter alfabético da escrita, que tem por objetivo treinar a consciência fonológica para desenvolver as habilidades de identificar sons da língua oral para descobrir os referidos gráficos. As autoras ponderam ainda, que as possibilidades de aprender a ler e a escrever precisam ser pensadas como uma prática sociocultural, pois a educação assim como a alfabetização é um bem público e direito fundamental de todos assim como dever do Estado e de todos. Acreditam ainda que a alfabetização na escola precisa exercer a cidadania, a criticidade, criatividade e a inventividade.

Considerações Finais

De modo geral, com a realização dessa pesquisa buscamos analisar produções científicas brasileiras sobre a alfabetização na BNCC situadas no entretempo de 2015 a 2020. Esse exercício de levantamento, leitura e análise dos textos contribuiu de modo a percebermos os posicionamentos frente à alfabetização na BNCC e, nesse sentido, entendermos o sentido atribuído à alfabetização na BNCC, partindo da verificação do que os estudiosos vêm apontando em suas publicações. Estes, em suas linhas fazem apontamentos quanto à proposição de uma base comum no Brasil de base homogeneizadora, cuja preocupação está em se alcançar um padrão.

Tratamos, portanto, ao longo do texto, a apresentação da BNCC sob o olhar de autores que a apontam como projeto político educacional que marca a alfabetização, porém vem carregada de habilidades e competências a serem atingidas, restringindo o trabalho pedagógico do professor mecânico e tecnicista. Apontamos também alguns dos desfechos que a BNCC veio desenhando de forma trágica na educação com sua inconsistência, pois os pesquisadores chamam a atenção nas possibilidades de



dispositivos novos para o aprimoramento, ou renovação da alfabetização no Brasil. No entanto, nesse processo essa renovação vem repleta de intenções como a lógica da avaliação em larga escala que empobrecem a Base. Identificamos apontamentos de autores que enfatizam que o documento BNCC não considera a criança como sujeito participante da sociedade e, nessa perspectiva, a alfabetização está voltada para uma perspectiva mecânica.

Constatamos, a partir da análise crítica dos autores, que ao longo dos anos a alfabetização vem carregada de descaminhos, e o que é definido na BNCC se distancia ainda mais do chão da escola como espaço de formação integral da criança, pois ao defender o ensino da leitura e da escrita de forma mecânica, retira das crianças a possibilidade de compreender, ler o mundo, na perspectiva freireana.

Referências

AMARANTE, Lucilene; MOREIRA, Jani Alves da Silva. Políticas curriculares para alfabetização: questões e dilemas a partir da BNCC. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n. 42, nov, p.1-23, 2019. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/download/66587/39866>. Acesso em 13 set. 2021.

BORTOLANZA, Ana Maria Esteves; GOULART, Ilsa do Carmo Vieira; CABRAL, Giovanna Rodrigues. Diferentes perspectivas de alfabetização a partir da Base Nacional Comum Curricular: concepções e desafios. **Ensino em Re-vista**, Uberlândia, MG, v. 25, n. especial, p. 958-983, 2018. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/46452>. Acesso em 13 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 13 set. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. BNCC e a alfabetização em duas versões: concepções e desafios. Palavra aberta. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.36, p. 2-15, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v36/1982-6621-edur-36-e220676.pdf>. Acesso em 13 set. 2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Um Pacto Curricular: o pacto nacional pela alfabetização na idade certa e o desenho de uma base comum nacional. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.32, n.02, p. 69-89, abr./jun., 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v32n2/1982-6621-edur-32-02-00069.pdf>. Acesso em 13 set. 2021.

FERNANDES, Sergio Brasil; COLVERO, Ronaldo Bernardino. Políticas públicas educacionais contraditórias: a alfabetização em foco. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**. Araraquara, v. 23, n. 2, p. 286-305, maio/ago., 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11963/8104>. Acesso em 13 set. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. Base nacional comum curricular (BNCC): comentários críticos **Revista Brasileira de Alfabetização**. Vitória, ES, v. 1, n., p. 174-190, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.47249/rba.2015.v1.68>. Acesso em 13 set. 2021.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes; COSTA, Dania Monteiro Vieira; PEROVANO, Nayara Santos. Alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Proposições**. Campinas, v.31, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/SSfgKgXvXK5VDq6GqfGfwhK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 set. 2021.

GUILLEN, Cássia Helena; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A alfabetização nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): o que mudou de 1997 a 2017. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, p. 567-582, 2020. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3910/3867>. Acesso em 13 set. 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalysis**. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>. Acesso em 13 set. 2021.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 2, p. 191-205, 2015. Disponível em: <http://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/69>. Acesso em 13 set. 2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



PERTUZATTI, Ieda; DICKMANN, Ivo. Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, n. 105, p. 777-795, 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/GGNmqXFDsbhqb565F5Vbmxc/?format=pdf&lang=pt>
t Acesso em 13 set. 2021.

SOARES, Magda Becker. Alfabetização e Letramento: as muitas facetas. **Revista Brasileira de educação**. São Paulo: n. 25, Jan /Fev /Mar /Abr, p. 5-17, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso em 13 set. 2021.

SOARES, Magda Becker. **Linguagem e escola-uma perspectiva social**. São Paulo: Contexto, 2017. 18. Ed. – São Paulo: Contexto, 2017.

ZEN, Giovana Cristina. Reflexões sobre a concepção de alfabetização proposta pela BNCC. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, MG, v.25, n. Especial, 958-983; 2018. Disponível em:
<https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/5705/3646>. Acesso em 13 set. 2021.